

# Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810).

Enviado em:  
04/10/2012

Aprovado em:  
13/11/2012

**Jonathan Fachini da Silva**

Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio do Sinos/UNISINOS  
Graduando do curso de Filosofia da mesma, bolsista CNPq  
j\_fachini@hotmail.com

---

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo tratar da temática da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no período de 1772 a 1810. O fenômeno do abandono de crianças é um tema pouco abordado pela historiografia sulina. A proposta é analisar uma das consequências mais recorrentes dessa prática, o destino trágico que é apontado pelos percentuais de mortalidade infantil. Valendo-me dos métodos da Demografia Histórica, analiso os dois primeiros livros de óbitos da Matriz de Porto Alegre cruzando-os com os de batismos. O norte da questão é apontar as circunstâncias da exposição, das moléstias que abatiam essas crianças, e dos percentuais de mortalidade comparados às das crianças legítimas e naturais. Minha pretensão é mostrar como os registros paroquiais, sobretudo os de óbito, podem ser uma fonte em potencial para o estudo da infância abandonada.

## Palavras-Chave

Expostos. Mortalidade infantil. Madre de Deus de Porto Alegre.

## Abstract

This work aims to address the issue of children's exposure at Mother of God Parish of Porto Alegre in the period from 1772 to 1810. The phenomenon of child abandonment is an issue rarely addressed by southern historiography. The proposal is to analyze one of the most frequent consequences of this practice, the tragic fate that is targeted by the percentage of infant mortality. Drawing on the methods of Historical Demography, analyze the first two books of deaths Matrix Porto Alegre crossing with baptisms. The northern point of the matter is the circumstances that gave exposure, the diseases that these children butchered, the percentages of mortality compared to the legitimate and natural children. My intention is to show how the parish registers, above all, death can be a potential source for the study of abandoned children.

## Keywords

Exposed. Infant mortality. Madre de Deus in Porto Alegre.

## Introdução

O abandono de crianças foi um fenômeno recorrente na América Portuguesa, uma prática que migrou da metrópole portuguesa para suas colônias. Em terras brasileiras, de norte a sul, temos registros dessa prática amplamente difundida. A criança “exposta” ou “enjeitada”, conforme o vocabulário da época, era aquela que fora abandonada pelos seus pais quando criança. O objetivo da exposição na maioria dos casos não era o infanticídio, mas sim conceder a responsabilidade sobre a criança para outra família ou instituição responsável.

A historiografia tem levantado diversas hipóteses a respeito dos fatores que motivaram as famílias a enjeitarem seus filhos. Podemos citar os dois mais defendidos pelos especialistas do tema: a situação de miséria em que poderiam se encontrar a família; ou um filho indesejado ser fruto de uma relação ilícita aos olhos da Igreja e da moral compartilhada. Nesses casos, abandonar um filho poderia salvar a honra da mulher, principalmente se ela fizer parte de uma família abastada. E no caso de famílias carentes, a mãe depositaria um destino melhor ao filho exposto.

Quanto à criação dessas crianças, recaía sobre as Câmaras Municipais a responsabilidade pelo custeio dessa prole. Em Portugal foi potencializada uma rede de assistência aos expostos, as Casas de Rodas<sup>1</sup>, que funcionavam aglutinadas com as Santas Casas de Misericórdias. Entretanto, foram poucas as Rodas de Expostos ativas no período colonial. Um exemplo é a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, que apenas em 1838 passou a ter uma em atividade.<sup>2</sup> A postura adotada por essa população, nesse caso, foi abandonar os pequerruchos nas portas das casas de outras famílias.

Pretendo aqui, mostrar o lado trágico desse fenômeno, que diz respeito ao destino predominante destes expostos: a morte prematura. Valendo-me de um conjunto de 1726 registros de óbitos dessa Freguesia, pretendo esboçar ao leitor esse quadro da mortalidade infantil, fazendo comparações com as crianças legítimas e naturais. Num primeiro momento, apresento algumas características da população que compunha a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, e como a

---

1 O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (MARCÍLIO, 1998, p.56).

2 A Câmara de Porto Alegre decretava falência de recursos para administrar a criação dos expostos, assim após muitos impasses com a lei provincial nº 9 de 21.11.1837, a administração pública conseguiu passar essa responsabilidade para a Santa Casa de Misericórdia que estava em funcionamento há algumas décadas. Entretanto, a Câmara continuava captando fundos e financiando parte dos recursos destinados aos abandonados. Essa ação mútua entre a Câmara Municipal e a Santa Casa parece ter ocorrido também em outras localidades demonstra Venâncio (2002) para o Rio de Janeiro. Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36. Editora UFPR, 2002. pp. 129 – 159.

população encarava essa realidade de altos índices de mortalidade infantil. Pretendo evidenciar também algumas características muito importantes dos assentos de óbitos de Porto Alegre que me possibilitaram a realização desse estudo.

### **Porto dos Casais: A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre**

No ano de 1772, a localidade conhecida como São Francisco do Porto dos Casais, nome recebido por ser ponto de desembarque de casais açorianos, desvincula-se de Viamão para torna-se uma Freguesia. A nova Freguesia, chamada então de Madre de Deus de Porto Alegre, tornou-se um local estratégico devido à sua posição geográfica, que permitia o fácil acesso ao Porto de Rio Grande, via Laguna dos Patos, e às regiões interiores pelo Rio Jacuí.

A maioria dos açorianos que vieram para Viamão ficaram provisoriamente instalados às margens do Guaíba, dando origem ao núcleo urbano de Porto Alegre. Até 1756, aparece a expressão 'Porto de Dorneles' para referir a localidade onde os ilhéus estavam assentados. A partir de 1757, surgiu a expressão 'Porto dos Casais'. A significativa presença desse grupo acabou modificando o topônimo utilizado nos documentos (KÜHN, 2007, p. 57).

Em 29 de agosto de 1773, a vereança do governador José Marcelino de Figueiredo solicita a transferência da Câmara de Viamão para Porto Alegre, tornado-a sede da capitania antes mesmo de tornar-se vila em 1810. Com a transferência do aparato burocrático, Porto Alegre cresceu rapidamente em termos de população. Segundo os dados apresentados por Corcino Medeiros dos Santos (1984) em 1780, Porto Alegre contava com um contingente populacional de 1.512 habitantes, números que serão duplicados para 3.268 em 1798, passando para cerca de 6.000 em 1810.

Conforme a população crescia, novas demandas foram, gradativamente, acelerando a formação da localidade. A região que, praticamente, configurava-se como uma aldeia, caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX. A Vila tornou-se uma das principais sedes, onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província (FREITAS, 2011, : 41).

Apesar dessa matriz açoriana ser muito assinalada por uma historiografia clássica, produzida muitas vezes por Memorialistas, Porto Alegre, por sua posição estratégica e uma face portuária, sempre recebeu um leque variado de estrangeiros. O povoamento da região, marcado inicialmente por tropeiros da Capitania de São Paulo, tornou-se palco de um intenso fluxo populacional das mais diversas áreas da América Espanhola e Portuguesa e, também, da Europa, não deixando de

mencionar uma parcela da população indígena e escravos africanos.

Um estudo recente de Denize Leal Freitas (2011, p. 143) sobre as relações matrimoniais estabelecidas em Porto Alegre mostrou que, dos homens que sobem ao altar, apenas 50,4% são naturais da Capitania de Rio Grande e das mais diversas regiões da América portuguesa. Somam-se a isso 31,8 % de homens vindos dos mais diversos lugares da Europa, Ásia e África.<sup>3</sup> Pretendo apresentar com isso uma Madre de Deus portuária marcada pelo intenso fluxo populacional migratório, principalmente masculino.

São dados como esses que nos fazem refletir sobre a ilegitimidade e a exposição de crianças, problemas que se fizeram presentes desde a fundação de Porto Alegre. Para termos uma ideia, na primeira reunião da Câmara, os vereadores presentes mostraram-se preocupados com a quantidade de crianças abandonadas na localidade.

Acordaram que porquanto **se tinham exposto várias crianças enjeitadas** pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês. [grifos meus] (FRANCO, 1988: 159).

79

Porto Alegre, então, foi um importante centro administrativo da Província, um local privilegiado para circulação de pessoas e para o fluxo de mercadorias, e o porto por excelência da chegada de diversos (i) migrantes, fossem eles europeus, africanos, luso-brasileiros, etc. Uma mobilidade, principalmente masculina, que fazia parte da dinâmica colonial, a qual Sheila de Castro Faria (1998) denomina *colônia em movimento*. Esse cenário dinâmico é o pano de fundo para analisarmos os casos de crianças que, por algum motivo, foram abandonadas.

### **A criança e o significado da morte**

Alguns estudos produzidos relativos à temática da infância no Brasil Colonial e Imperial focaram questões pertinentes às “atitudes perante a morte” – Cabem, a título de exemplo, João José Reis (1991) e Luiz Lima Vailati (2005). Esses autores procuram, entre outros focos, perceber através do imaginário cristão da época a sensibilidade de nossos antepassados com suas crianças. Segundo o pensamento religioso mediado pela Igreja, até os sete anos de idade a criança

---

3 Os 17.8% restantes são indefinidos devido a ausência da naturalidade dos nubentes no registro de casamento.

era qualificada como “inocente”, impossibilitada de cometer qualquer pecado. Consultando o dicionário organizado por Raphael Bluteau no século XVIII, o verbete inocente encontrado traz a seguinte definição sobre o termo:

Pureza da alma, livre de todo o gênero de pecados. Neste sentido dizemos, que Adão foi criado no estado da innocencia & que a innocencia Baptismal restitui o homem à sua primeira pureza. &c. A idade dourada da innocencia é a infância do homem: no leite com que se alimenta, se divisa o seu candor; a ignorância daqueles anos é o seu preservativo, a simplicidade o seu adorno. Passada a tenra idade, fuge de nós a innocencia; empanam os olhos o espelho do coração com as espécies dos objetos, que movem as paixões, & despertam aos vícios. (BLUTEAU, 1712-1721)

Como podemos perceber nas palavras de Bluteau, inocente era aquele revestido pela inocência: a ignorância natural atribuída à criança era concedida pelo batismo, que a protegia das tentações mundanas e as prevenia de cair no pecado. Não é de se estranhar que a criança fosse, muitas vezes, representada como “anjo” por sua pureza.

Reis (1991) observa que nos funerais infantis do século XIX, na Bahia, as crianças eram vestidas de “anjinho”. O autor denomina as procissões fúnebres que envolviam crianças de “funerais sem lágrimas”, pois a morte do recém nascido era recebida com tiros e foguetes, comida, bebida e música – uma festa em que se dançava para o “anjinho”. No Rio Grande do Sul, essa prática de júbilo fúnebre aos pequeninos também parece ter sido recorrente:

O mercenário alemão Carl Seidler contou sua experiência quando em campanha no interior do Rio Grande do Sul, durante a crise cisplatina, em fins da década de 1820. Tendo morrido uma criança de família importante, (...) foi convidado e compareceu ao enterro, levando banda e música. **O cadáver foi vestido de anjo e velado numa cama coberta de flores e coroas.** Os soldados receberam um Brandão acesso cada. Durante o cortejo ao cemitério, a banda militar tentou um repertório solene, **mas a certa altura o padre ordenou um miudinho e outras peças alegres** que escandalizaram os oficiais prussianos. (REIS, 1991, p. 139). [grifos meus]

Deve-se ainda sublinhar outra característica importante em relação à infância e às crianças dos séculos passados. Alguns autores apontam que haveria uma genérica falta de individualização dos filhos, resultado dos altos índices de mortalidade infantil, especialmente no período colonial e ao longo do século XIX. A perda de uma criança não causaria o impacto que hoje afetaria qualquer família contemporânea, na qual a criança é o centro das atenções. Até meados do século XIX, Judite Trindade (1999) alega que se conceituava a criança apenas em face do adulto, considerando-a como algo irrelevante e inexpressivo, era uma “coisinha” que tanto poderia sobreviver, como não.

Desse modo, para os sujeitos e para as famílias do período colonial, a constante e comum possibilidade do filho pequenino ser levado por alguma

moléstia estava presente nos pensamentos e na vivência cotidiana dessas pessoas. E, nesse caso, a criança se transformaria em um “anjo que subiria aos céus para junto de nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos” (FREYRE, 1985, p. 384). Poderia ser essa uma reconfortante forma de encarar a realidade, o que justifica o júbilo e a pompa no funeral.

Entretanto, creio ser importante ressaltar que muitos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil nos séculos XVIII e XIX, presenciando essas cerimônias fúnebres, as registraram como resultado do “fraco sentimento familiar” de que sofria a sociedade brasileira. Um bom exemplo disso nos dá John Luccock, que visitou o Rio de Janeiro no início dos oitocentos e, ao testemunhar um funeral infantil, chamou-lhe a atenção o fato de se manifestar “entre os parentes mais distantes, maior complacência que pesar e, mesmo na mãe nenhuma dor profunda” (LUCCOK, 1942, p. 79). Tal afirmação põe em evidência os diferentes juízos de valor que surgiam no âmbito de uma sociedade plena de alteridades.

O certo mesmo é que esses funerais festivos e de grande pompa dos anjinhos pequeninos eram bastante custosos, e apenas uma pequena parcela da população podia cobrir tais custos: a elite. Nesse viés, Vailati (2002) argumenta que as elites coloniais se aproveitavam dessa ocasião para, mais do que em qualquer outra, colocar o espetáculo a serviço da manutenção de representações, cuja função era dar conta da reprodução da hierarquia social.

Quando nos detemos nas crianças de escravos ou nas crianças abandonadas, os funerais eram muito mais modestos, mas de qualquer forma, havia certa preocupação por parte de suas famílias – ou daqueles que as acolhiam – com os ritos fúnebres. Muitas mães negras procuravam, de alguma forma, enterrar seus filhos usando seus pecúlios. Renato Pinto Venâncio (1999) mencionou que os gastos com amas-de-leite nas Rodas de expostos por vezes se transmutavam em esmolas para a compra de mortalhas para enterrar os anjinhos que faleciam nestas instituições. Percebe-se assim, como Vailati (2002) argumenta, que mesmo que os funerais infantis ostentassem uma posição privilegiada entre as famílias da elite, havia, no âmbito geral da população, uma preocupação em preparar um cerimonial fúnebre – mesmo que modesto – para suas crianças, o que pode ser compreendido como uma expressão de afeto e consideração para com a criança morta.

Trazendo o *locus* para a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, temos fortes indícios da preocupação com os funerais de crianças expostas por parte de instituições públicas. Nos termos de vereança expedidos pela Câmara Municipal, percebe-se que ela cobria os custos desses funerais em alguns casos. Para servir de exemplo, o termo expedido no dia 2 de janeiro de 1793 consta o pagamento de 2\$660 réis pela “feitura de dois anjinhos”. No ano de 1799, especialmente no dia 5 de junho, temos outro termo de vereança que mostra a Câmara cobrindo tais custos:

Nesta vereança se mandou pagar a Martins Cardozo a quantia de 7\$523 reis pela criação do exposto Tristão de dous meses e vinte um dias antecedente ao de seu falecimento que importou em 4\$373 reis e com **3\$200 reis de Mortalha** fez a quantia de 7\$523 reis. [grifos meus] (Termo de vereança de 5 de junho de 1799).

Tentei ilustrar como, de alguma forma e sumariamente, a criança, fosse ela legítima, natural ou exposta, era compreendida no período colonial; e como nossos antepassados sensibilizaram-se frente aos catastróficos índices de mortalidade infantil do período, números que veremos analisados aqui. Cabe perguntar, como os assentos de óbito (que constituem minha fonte principal) da Freguesia Madre de Deus podem nos ajudar a compreender essas questões relativas à mortalidade, e principalmente, a mortalidade das crianças expostas em Porto Alegre.

### Notas sobre os assentos de óbitos da Madre de deus

Apesar de suas limitações, os registros paroquiais são uma das poucas fontes que temos em mãos para o período colonial, que cobrem a população católica integral e individualmente, e o mais interessante, independentemente da condição social de cada registrado. Segundo Maria Luiza Marcílio (2008) é a partir dessas fontes que o pesquisador pode entrar em contato com todos os grupos sociais, quer seja ele composto de sujeitos à margem ou desclassificados socialmente, quer seja ele composto daqueles que integram o mais alto escalão da nobreza.

Primeiramente, tenho que destacar que, do conjunto dos registros paroquiais, os feitos sobre os óbitos são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados (com exceção daqueles realizados *in extremis*) e nos casamentos. Muitos moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença, mesmo havendo a preocupação com uma “boa morte”, pois a garantiria os últimos sacramentos, via de acesso ao paraíso para o cristão. Sobre a importância fundamental da administração dos sacramentos para os moribundos, havia o consenso de que não era mais preciso ter levado uma vida demasiadamente “virtuosa”, bastava receber todos os sacramentos em seu funeral e deixar legados pios em formas de missas pagas para desfrutar do paraíso eterno. Cláudia Rodrigues esclarece que:

Os sacramentos eram, para o cristão, sinais que imprimiam características sagradas e pertenciam ao universo da comunicação entre Deus (emissor) e o fiel (receptor). Sinais da graça que o emissor comunicava ao receptor para sua salvação em momentos existenciais densos, que supunham, expressavam e alimentavam a fé. (RODRIGUES, 1999, p. 56)

Nos momentos de doença grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente. Nesse sentido, era muito mal vista para os cristãos da época uma morte repentina, sem que o moribundo recebesse os últimos sacramentos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 ressaltavam a importância dos últimos sacramentos sob três aspectos:

O primeiro é perdoarmos as relíquias dos pecados (...). O segundo é, (sic) dar muitas vezes, ou em todo, ou em parte, saúde corporal ao

enfermo (...). O terceiro, consolar ao enfermo, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade. (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Título XLVII)

Apesar da importância dos últimos sacramentos para o fiel, pode-se imaginar que muitas pessoas – indigentes, moradores de rua e escravos – morreram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos, como observa-se nos trabalhos de Carlos Almeida Bacellar (2001) e de Sheila de Castro Faria (1998). Casos como esses também aconteciam com as crianças, especialmente os bebês, pois até os sete anos de idade os “inocentes” estavam isentos de receber a extrema unção, e já batizados, não havia preocupação com a alma da criança, que poderia ser enterrada em qualquer terreno. Esses casos podem ser pensados especialmente para as crianças escravas e para os próprios enjeitados. Bacellar (2001), em seu estudo sobre a Vila de Sorocaba, percebeu que, para as famílias que moravam mais para o sertão, em local afastado da paróquia, era muito difícil avisar ao pároco sobre a morte de um filho pequenino, o que leva o autor a concluir que as famílias acabavam enterrando seus bebês em suas próprias localidades.

No tocante aos últimos sacramentos relacionados aos “inocentes”, é interessante ressaltar o zelo que os párocos da Madre de Deus tinham quanto a isso. Constatamos que nos assentos dessa Freguesia, as crianças a partir dos oito anos recebiam esses sacramentos, e era raro alguma criança a partir de certa idade morrer sem a extrema unção, o que indica uma preocupação daquela sociedade – ou daqueles párocos em especial – com a jovem alma no além.

Conforme exigido pelos padrões das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as informações contidas nos registros de óbitos deveriam seguir as seguintes prescrições:

**Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno** falleceo da vida presente **N. Sacerdote Diaconno, ou Subdiaconno; ou N. marido ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., Freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos,** (se commodamente se puder saber) com todos, tal Sacramento, ou sem elles: **foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que fizessem tantos Officios, ou morreo abintestado, ou era notoriamente pobre,** e por tanto se lhe fez enterro sem se lhe levar esmolos. [grifos meus] (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Título XLIX.)

De todo modo de maneira geral, os assentos de óbito da Madre de Deus de Porto Alegre, em sua grande maioria, seguem os padrões estabelecidos pelas Constituições Primeiras. Entretanto, não é de se estranhar a falta de algumas dessas informações, como aquelas relativas aos pais, cônjuges ou estado conjugal, que são as mais freqüentes, principalmente quando se trata de soldados, marinheiros ou sujeitos de outras localidades. As informações contidas nos registros de Porto Alegre se resumem em: Data da ocorrência; Nome do falecido; legitimidade; idade



do falecido; causa morte; naturalidade; Pais; cônjuges ou proprietário [no caso de ser escravo]; se deixou testamento ou não; testamenteiros; herdeiros e Assinatura do Vigário.

Porém, apesar da padronização exigida pelas Constituições Primeiras, nada impedia que o pároco acrescentasse alguma informação extra que ele achasse conveniente, ou mesmo suprimisse informações que deveriam constar no assento, como determinavam as Constituições. Sendo assim, esses registros passam por algumas variações conforme a mão (visão) do padre que o escrevia.

Podemos observar que, entre os registros que tratam especificamente dos inocentes, as informações são mais escassas: inicialmente, era comum registrar a criança apenas pelo primeiro nome; em segundo lugar, os párocos se contentavam em registrar, na maioria dos casos, apenas o pai da criança; são raros os assentos de óbitos de criança em que é registrado o nome do pai e da mãe. Um ponto interessante a ser mencionado a respeito dos registros de óbitos dessa Freguesia é o fato de que, a partir do ano de 1799, a *causa mortis* passa a ser acrescentada às informações dos registros, permitindo visualizar quais as doenças que ceifavam vidas no passado colonial.

É certo que, muitas vezes, as moléstias eram identificadas a partir do seu sintoma: “faleceu de ar”, “de uma febre”, não se referindo à doença propriamente dita que teria levado ao óbito. Devo referir ainda que, tratando-se de bebês, o registro limitava-se, muitas vezes, a informar que “faleceu de moléstia incógnita”. Ainda em certos casos, a *causa mortis* aparecia como “faleceu repentinamente”, o que, para alguns autores, tem uma explicação:

Em muitos assentos de adultos anotou-se “morreu repentinamente” ou “de morte apressada”. A circunstância apontada diz respeito à impossibilidade de serem ministrados os sacramentos da penitência e extrema unção, sem caracterizar realmente as condições físicas do passamento. (COSTA, 1990, p. 50).

Nesta virada de século, após o ano de 1799 especificamente, há o que podemos chamar de uma “racionalização” nesses registros. Além da *causa mortis*, passa a ser registrada também a idade das crianças. A partir deste momento, o termo “inocente”, que era muito usado nos assentos até então, deixa de ser empregado para as crianças de até sete anos, e a idade começa a ser registrada. Interessante é a precisão com que os párocos procuram registrar a idade, “de idade de um ano e três meses”, “de idade de três dias”, e não raro “de idade de dois anos, três meses e dez dias”.

Foram essas mudanças nos registros paroquiais de óbito da Madre de Deus que me permitiram abordar a mortalidade infantil em Porto Alegre. É claro que, para o objeto deste trabalho, os enjeitados, não há como saber exatamente a idade dos pequeninos. Para estes, considero a data em que foram expostos como a data de seus nascimentos, pois, como nos indicam Cavazzani (2005) e Bacellar (2001), geralmente os pequeninos eram abandonados logo nos seus primeiros dias.

## Índices de mortalidade infantil dos enjeitados

É bem verdade que muito pouco tem sido produzido sobre a questão da mortalidade infantil, e mesmo sobre a mortalidade em geral no passado colonial. Entretanto, posso, com segurança, afirmar, a partir dos esparsos trabalhos produzidos pelos Demógrafos historiadores, que os números relacionados à mortalidade infantil no período colonial eram muito altos, e referidos aos expostos, esses números se elevavam ainda mais.

As Casas de Roda eram tidas como verdadeiros cemitérios de crianças pela precariedade e insalubridade de suas instalações. Segundo os dados apresentado por Marcílio (1998), para o contexto brasileiro, apenas 20% a 30% dos que foram lançados nas *Rodas* chegaram à idade adulta. Na Roda do Rio de Janeiro, em inícios do século XIX, a mortalidade chegou mesmo a ultrapassar os 70%, sendo que muitas dessas crianças morreram antes de completar seus três anos. Na Roda da Santa Casa da Bahia, desde meados do século XVIII, até fins do XIX, a mortalidade infantil nunca fora inferior a 45% das crianças admitidas, mantendo-se quase sempre no nível dos 60%.

A explicação para esse elevado número referente a mortalidade dos expostos é que, além das circunstâncias de risco sujeitas a qualquer criança nascida na colônia, os pequeninos enjeitados estavam sujeitos a situações “adicionais de perigo”.

Estas situações “adicionais de perigo” poderiam estar vinculadas ao período da gravidez e parto - necessidade de esconder a gravidez, tentativas de aborto, as condições precárias que poderiam enfrentar no momento do parto; a necessidade de se transportar a criança até o local do abandono; a precariedade das instalações dos próprios hospitais, riscos de contágio, má alimentação. (SCOTT; BACELLAR: 2010, p. 52).

85

Os enjeitados eram “filhos de ninguém”, usando a expressão de Marcílio (1998, p.1 03), e nesse caso, não é difícil pensar que as próprias amas contratadas poderiam cuidar mal dos enjeitados, usar de métodos violentos para mantê-los calmos ou, ainda, dar pouca atenção ou nenhuma para esses pequeninos. Não é por menos que Venâncio (1998, p. 106) nos revela que: A História do abandono é uma história da morte e uma história secreta da dor.

No entanto, cabe ressaltar que não eram apenas as crianças enjeitadas nas Rodas as mais propensas a um destino trágico, os pequeninos que foram abandonados nas portas dos lares também não tinham imunidade para os riscos a que estavam sujeitos, falecendo logo nos seus primeiros anos. Iraci Del Nero da Costa (1976, p. 120) mostrou que em Vila Rica, nas Gerais, para os anos de 1799 e 1801, a taxa de mortalidade infantil dos inocentes legítimos era de 133 por mil, grandeza que para os expostos subia para 428 por mil. Para se ter uma ideia, era maior que taxa de mortalidade infantil das crianças escravas, que segundo o autor, situava-se em torno de 310 por mil. Na verdade, se pensarmos bem, seria de esperar um maior cuidado para com as crianças escravas, pois não podemos esquecer que elas constituíam também um patrimônio monetário, pois tinham o

seu valor de compra e venda...

Levando em conta esses dados e dialogando com a produção historiográfica sobre o tema, me propus a explorar algumas variáveis relativas aos registros de óbito e perceber aspectos da realidade da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre entre o último quartel do século XVIII e início do XIX antes de tornar-se oficialmente Vila em 1810. Elaborei para isso uma tabela referente aos percentuais de mortalidade das crianças até os 7 anos de idade, as quais eram destacadas como inocentes nos assentos. Foi contabilizado um conjunto de 1726 registros de óbitos, dos quais 459 (27%) correspondem a óbitos de inocentes sob a denominação de legítima, natural, ou exposta pelo pároco que registrou o óbito, iniciando a contagem no ano de 1799, a partir do qual, como foi dito antes, as idades passaram a ser acrescentadas no registro.

TABELA I - Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, população Livre: Frequência de óbitos de crianças legítimas, naturais e expostas, 1799-1810.

Ano	Total de óbitos		Óbitos de crianças legítimas		Óbitos de crianças Naturais		Óbitos de crianças expostas	
	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
1799	20	4,4%	19	95%	0	0%	1	5%
1800	21	4,6%	18	85,7%	2	11,1%	1	5,5%
1801	48	10,5%	41	85,4%	6	12,5%	1	2,1%
1802	19	4,1%	17	89,5%	1	5,2%	1	5,2%
1803	19	4,1%	17	89,5%	1	5,2%	1	5,2%
1804	75	16,3%	60	80%	10	13,3%	5	6,7%
1805	24	5,2%	22	91,6%	1	4,2%	1	4,2%
1806	125	27,2%	99	79,2%	22	17,6%	4	3,2%
1807	18	3,9%	13	72,2%	4	22,2%	1	5,5%
1808	32	7%	29	90,6%	3	9,4%	0	0
1809	14	3,1%	12	85,7%	2	14,3%	0	0
1810	44	9,5%	37	84,1%	6	13,6%	1	2,3%
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>100%</b>	<b>384</b>	<b>83,6%</b>	<b>58</b>	<b>12,6%</b>	<b>17</b>	<b>3,8%</b>

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

Em uma análise preliminar, percebemos que os dados relativos à mortalidade infantil nas duas décadas analisadas na Tabela I sugerem que o montante diminuiu em Porto Alegre. As crianças legítimas, que em 1799 equivaliam a 95% dos óbitos, em 1810 reduziram para 84,1%, o mesmo podemos dizer dos expostos, que em 1799, equivaliam a 5%, e, em 1810, apenas 2,3%, sendo que em 1808 e 1809 não há registro algum de tais crianças. Quanto às crianças naturais, estas, com algumas variações, se mantiveram com seus números estáveis.

Cabe destacar a idade desses enjeitados apresentados na Tabela I. Dessas crianças expostas que foram a óbito entre 1799 e 1810, 54% morreram antes mesmo de completar seu primeiro ano de idade, e 18% antes de completarem seus dois anos de idade, ou seja, quase 70% do total dos enjeitados mortos não sobreviveram aos seus dois primeiros anos de vida. Nesse sentido, se a criança corria maior risco de morrer nesses primeiros anos, podemos supor a falta de assistência, no

caso, de uma ama de leite, ou o descaso de quem a acolheu. Na verdade, isso não diferia muito das outras crianças, pois a possibilidade maior de morrer estava concentrada, em geral, nos primeiros 12 meses de vida. Contudo, se comparados esses indicadores, seria mais expressivos para os expostos, por causa dos fatores apontados anteriormente.

De qualquer forma, em uma primeira sondagem os números referentes à mortalidade das crianças expostas nos domicílios da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre não nos parecem tão catastróficos como os índices apresentados pela historiografia referente às Rodas de expostos. De qualquer forma, temos que levar em consideração o possível sub-registro, como, por exemplo, os casos em que a morte da criança abandonada não chegava ao conhecimento do pároco.

Entretanto, para tornar interessante a análise desses percentuais procurei confrontá-los com os percentuais de batismos, o que nos revelou outras realidades. Temos constatado que, do total de crianças batizadas na Madre de Deus entre os anos 1772 e 1810, o percentual de 4.8% eram enjeitadas, e que do total das crianças falecidas, 3.8 % equivaliam às expostas. Em alguns anos, entanto, esses números fogem à regra, pois percebo uma discrepância dos pesos relativos aos registros de batismo óbito, principalmente quando se trata dos bebês de até um ano.

TABELA II – Repartição dos assentos de Batizados e Óbitos dos inocentes até um ano de idade (1799)<sup>4</sup>

Assentos	Legítimos	Naturais	Expostos
<b>Batizados</b>	<b>77.8%</b>	<b>17.5%</b>	<b>4.6%</b>
<b>Óbitos</b>	<b>72.4%</b>	<b>13.8%</b>	<b>8.0%</b>

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.  
OBS: Batizados: 325 assentos (1799-1800). Óbitos: 87 assentos (1800-1801)

Como podemos ver na Tabela II, os percentuais de bebês legítimos (77.8%) e naturais (17.5%) batizados, como seria de se esperar, em condições normais, sem uma epidemia, por exemplo, são maiores que os de óbito legítimos (72.4%) e naturais (13.8%). Sendo assim, nasceram neste respectivo ano mais crianças legítimas e naturais do que morreram. Em relação aos expostos, há uma discrepância enorme entre os percentuais, o que parece indicar a alta mortalidade dos enjeitados frente aos demais bebês.

Gostaria, ainda, de abrir um parêntese para explicar os picos de mortalidade que se apresentam entre os anos de 1804 a 1806, em que os números totais de óbitos infantis sobem abruptamente. Trata-se, nesse caso, de uma epidemia de sarampo, no qual a Freguesia Madre de Deus presenciou mais de 90% dos óbitos infantis registrados. Principalmente no ano de 1806, mencionavam como *causa*

4 Tabela inspirada em: COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M.; PELÁES, C. M. (coord.). A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976, p. 120.

*mortis* o sarampo.

Além do sarampo, “as bexigas” (varíola) foi uma doença que levou a vida de muitas crianças, sobretudo, no início do século XIX. Para termos uma ideia das moléstias que ceifavam a vida das crianças da Freguesia Madre de Deus, observemos a *Tabela 5* logo abaixo. Nela podemos perceber que as doenças infecciosas e parasitárias são as grandes vilãs dessas criancinhas, pois representam 63% dos óbitos dos inocentes. Essas moléstias eram tão intensificadas que a própria Câmara de vereadores procurou medidas para salvar os expostos anos mais tarde. É datado de 29 de julho de 1830 um Termo de vereança que pede ao Fiscal, a mando da Câmara, “que enviasse uma lista com todos os expostos que não haviam contraído bexigas, para que então sejam vacinados”.

As doenças relacionadas ao sistema nervoso aparecem em seguida, com 19% de percentuais da mortalidade. Interessante, também, são os 5% de inocentes que foram a óbito por acidentes, como, por exemplo, sufocados. Philippe Ariès (1981, p.27) comenta que os bispos católicos começaram a aconselhar as famílias a não dormirem com seus bebês para não haver o perigo de sufocá-los durante a noite. Ariès interpreta esses tipos de acidentes – muito comuns na França – como uma espécie de “infanticídio acidental”, já que o infanticídio era terminantemente proibido pela Igreja. Não sabemos ao certo se os casos de óbitos por acidentes da Madre de Deus também se tratam de infanticídios, mas creio que a hipótese não deve ser descartada.

88

TABELA III – Repartição dos óbitos dos inocentes por causas de morte.<sup>5</sup>

<b>Doenças infecciosas e parasitárias</b>	<b><i>Lombrigas (ascaris); Tísica (tuberculose pulmonar); Febre podre, maligna (febres intermitentes), Bexigas (varíola); Sarampo; Mal de sete dias</i></b>	<b>63%</b>
<b>Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos.</b>	<b><i>Extupor (paralisias); De ar, pismo, (convulsões)</i></b>	<b>19%</b>
<b>Mortes por acidentes</b>	<b><i>Afogados; queda de cavalo; queimadura; sufocado;</i></b>	<b>5%</b>
<b>Doenças do aparelho digestivo</b>	<b><i>Diarréias; Câmaras de sangue (disenteria hemorrágica); Hysdropico (doenças do fígado); disenteria</i></b>	<b>4%</b>
<b>Doenças do aparelho geniturinário</b>	<b><i>Defluxo (hemorragias uterinas); Retenção de urinas</i></b>	<b>4%</b>
<b>Doenças de pele e do tecido celular</b>	<b><i>Erpes; Sarnas; Chagas; Apostema (abscessos)</i></b>	<b>2%</b>

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

5 Quanto à classificação das doenças me baseio na tabela nº 37 constado no estudo de Marcílio sobre São Paulo. Cf. MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1974, p. 176-177.

Enfim, tratar deste tema da mortalidade infantil não é tarefa fácil, as imprecisões dos assentos de óbito devem ser levadas em consideração, muitos pequeninos podem ter morrido sem terem sido registrados, e, se tratando de uma criança, e mais, de uma criança abandonada, o risco de isso acontecer podia aumentar, pois podiam morrer no ato do abandono em lugares ermos ou terrenos baldios e não serem registrados os seus óbitos. Também notei que em alguns assentos de batismos consta que o pequeno enjeitado fora batizado *in extremis*, ou seja, às pressas, porque estava correndo risco de morte. Contudo, resta sublinhar o fato de que não encontrei os respectivos óbitos de muito desses casos.

O caso da exposta Ana pode servir de exemplo. Ela foi batizada no dia vinte e quatro de março de 1785 *in extremis* pelo Pe. Antonio Soares Gil, ao final de seu assento, o padre informa que “a criança foi exposta no rio do Sino da freguesia Nova” (Triunfo). Percebe-se ainda que, no caso de Ana, o propósito não era a exposição, mas sim o infanticídio, visto que foi abandonada na beira de um rio. O óbito dela não foi localizado, deixando um fio de incerteza ao pesquisador quanto ao destino da mesma.

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de mil de mil setecentos e oitenta e Cinco annos, Nesta Freguezia Nossa Senhora Madre Deos de Porto Alegre baptizou solenemente in extremis o Reverendo Padre Antonio Soares Gil a Ana exposta no Rio do Sino distrito da Freguesia Nova filha de pais incógnitos. Foi padrinho Antonio da Costa Govea de que para constar [ilegível] que assignei. (AHCMPA. Livro I de Batismo da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre).

89

Assim, tanto a criança pode ter sobrevivido, como pode também pode ter havido uma negligência ao não ter sido informado o falecimento, pois o sacramento do batismo já havia sido dado pelo padre. Por vezes, também identifico situações contrárias a essa, em que crianças que tem registrado no seu atestado de óbito o recebimento do batismo *in extremis*, não possuem registro de batismo, ao menos, por mim localizado.

### **Considerações finais**

A prática do abandono de crianças atravessou o atlântico e tornou-se recorrente na América portuguesa. A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, desde sua fundação, apresentou a existência de crianças expostas. Como pudemos ver, esses expostos estavam mais vulneráveis a morte do que as crianças legítimas e naturais, havendo até certa discrepância quanto ao nascimento das mesmas. As doenças infecciosas e parasitárias como as bexigas (varíola) e o sarampo eram as grandes vilãs desses pequeninos que acabavam indo a óbito logo nos primeiros meses, sendo os dois primeiros anos os mais perigosos.

Temos em vista que, *a priori*, a Câmara Municipal era responsável pelo financiamento da criação, vestuário e necessidades destas crianças abandonadas. Até mesmo a preocupação com a “boa morte” a Câmara procurou sanar, cobrindo as despesas com “mortalhas de anjinho”. As ideias cristãs de caridade repercutiam

nessa sociedade, entretanto resta saber se esses vereadores conseguiam cobrir as despesas com todos os expostos da Freguesia Madre de Deus, ou eram alguns casos espaços. Muitos expostos podem ter sido criados por famílias que não recorreram ao auxílio financeiro da Câmara, ficando restrito ao espírito caritativo de poucas famílias. Sabemos ainda que novas ideias irão atravessar o espírito caritativo cristão, como a ideia de Razão de Estado, que repercutirá no século XIX, ou seja, essas vidas precisam ser preservadas para tornarem-se úteis ao Estado. Esse pensamento está no pano de fundo da Criação da Roda dos Expostos em Porto Alegre, como nos mostra o estudo de Jurema M. Gertze (1990, p. 309-310):

Inicialmente, os princípios cristãos de amor ao próximo nortearam a assistência a esse segmento da população, mas a partir do momento em que são percebidas como potencialmente produtivas ao país, fez-se mister racionalizar a assistência e fazer valer o investimento nas instituições assistenciais. (...) Busca-se a um custo menor, uma maior eficácia da preservação da integridade destas pessoas, reduzindo o índice de mortalidade e recuperando-as para uma vida útil.

Imprecisões a parte, neste artigo procurei trazer alguns dados que nos dão uma visão bastante preliminar sobre a mortalidade dos enjeitados, bem como sobre aspectos relacionados à mortalidade infantil, tema ainda pouco explorado pela nossa historiografia. Assim – como prefiro dizer – este texto ofereceu uma “breve degustação” do tema aos seus interessados. Muitos são os caminhos a percorrer para a reconstituição do universo dos abandonados em Porto Alegre nesse período, e muitos são os passos a serem dados nesse sentido.

90

### Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M.; PELÁES, C. M. (coord.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.

\_\_\_\_\_. Registros Paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, n. 1, p. 46-54, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica - RS.

91

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de anos nesse país de 1800 a 1818*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (Orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Ed. Unisinos, 2008.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: A febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, Ciências, Saúde*,



*Manguinhos*, v. 6, n. 1, p. 53-80, mar.-jun. 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, R. P. (org.) *De Portugal ao Brasil: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX*. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: Alameda, 2010, p.52-81.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. Os Funerais de “Anjinho” na Literatura de Viagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 365-392, 2002.

\_\_\_\_\_. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36. Editora UFPR, 2002. pp. 129 – 159.

92

#### **Fontes:**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v.

*CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA*. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Batismo (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 2. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Óbito (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 3. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 02 de janeiro de 1793. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 05 de junho de 1799. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 29 de julho de 1830. *Livro de Atas 10 (1830-1832)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.